

Vítor Bento

Economia, Moral e Política

Ensaio da Fundação

Índice

Introdução	9
I. Economia e Moral	13
1. A Economia no Centro da Vida	13
2. Comportamento Económico, Moralmente Orientado?	16
3. Economia, Ciência Amoral?	18
4. Ciência Económica e Economia Aplicada	21
5. Economia e Moralidade Social	26
6. Evolução da Moralidade e Consequências Económicas	28
7. Fundamentos da Moralidade	31
II. Economia, Ciência e Política	35
1. Autonomia Individual e Modelização Social	35
2. Economia, Ciência Aproximada	38
3. Ciência Económica e Economia Popular	42
4. As Dificuldades da Ciência Económica	43
5. A Macroeconomia	49
6. Economia e Política	54
7. A Intervenção Política na Economia	63
8. O Processo da Política Económica	65

III. Financiamento e Eficiência Económica	72
1. A Intermediação Financeira	72
2. O Papel e os Riscos do Crédito	77
3. A Perversidade dos Excessos	82
IV. A Recente Crise Financeira Internacional	89
1. Uma Crise, Várias Causas	89
<i>a)</i> Loucura Colectiva	89
<i>b)</i> Causas Económicas	91
<i>c)</i> Funcionamento do Sector Financeiro	92
<i>d)</i> Crise de Valores	95
2. Efeitos Esperados	100

Introdução

O presente livro resultou de um desafio que me foi dirigido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, há já algum tempo. Acabei por demorar mais tempo a corresponder do que aquele a que me tinha comprometido inicialmente, e do que gostaria, porque os desenvolvimentos da nossa crise económica me têm repetidamente desviado a atenção para a análise dos problemas que ela acarreta e que têm que ver com o nosso futuro, pelo menos imediato.

Mas, apesar de me ter demorado, não quis deixar de corresponder, não só pelo enorme respeito pelo trabalho da Fundação e por aqueles que lhe dão vida, mas também pela honra de emparceirar com um conjunto de notáveis autores que a Fundação tem vindo a publicar. E também pela natureza do trabalho a que me propus para corresponder ao desafio.

De facto, e contrariamente às temáticas por cuja abordagem serei eventualmente mais conhecido — macroeconomia, finanças públicas, política monetária e cambial, nomeadamente —, quis aproveitar esta oportunidade para desenvolver outro tipo de reflexões, olhando a economia mais de um ponto de vista filosófico do que “técnico” ou, mesmo, político.

Não sei se o terei conseguido, pelo menos com a profundidade que desejaria. Mas a disputa de atenção já referida e o facto de desenvolver estas actividades como *hobby* (pois de profissão

sou gestor a tempo inteiro), acabam por dificultar seriamente uma continuada concentração na matéria em reflexão, como seria desejável. Aliás, também não era minha intenção aprofundar em excesso a abordagem dos temas, como seria o caso se o trabalho tivesse propósitos académicos, dado o público, não especializado, a que se ele destina preferencialmente.

De qualquer forma, não quis deixar de partilhar as ideias que fui arrumando. Trata-se, como referi, de reflexões pessoais, alicerçadas em muitos anos de leituras, de observação da realidade e de pensamento pessoal desenvolvido sobre ambas. Não é um trabalho académico, como disse, pelo menos segundo os cânones aplicáveis. Não fiz leituras propositadas para elaborar este trabalho; não fiz nenhuma investigação dirigida a apurar o que já fora escrito sobre os temas que desenvolvo, para sobre isso elaborar as minhas próprias ideias; e não tenho sequer pretensões de originalidade. Provavelmente, a única ideia original que os académicos poderão encontrar nesta obra é a ligação das teorias económicas à moralidade social (cf. I.5 e I.6). E mesmo disso não estou totalmente certo.

São, como já disse, reflexões pessoais e que versam, como o título sugere, sobre as ligações entre a Economia, a Moral e a Política. O que, no fundo, corresponde como que a um regresso às origens, pois que, no princípio, o estudo da Economia se encontrava fundido com o estudo daquelas outras duas disciplinas, fazendo parte de um departamento universitário comum às três ou, pelo menos, a duas delas (Ciências Morais ou Ciências Políticas). O que, aliás, é perfeitamente compreensível, uma vez que as três versam o estudo do comportamento humano.

Como se poderá verificar pela leitura do livro, sustento, nomeadamente, que a Economia, enquanto estudo da realidade ou, mais propriamente, do comportamento humano relacionado com a actividade económica, é uma ciência positiva e, como tal, (praticamente) autónoma de considerações morais. Mas que a economia, enquanto actividade humana, funciona sempre em contextos morais. E que toda a acção que visa influenciar o

funcionamento da economia, ou mesmo os juízos formulados sobre esse funcionamento e os seus resultados, são, sempre e por natureza, moralmente orientados e dependentes da escala de valores morais de quem julga ou de quem age (ou quer agir). E que uma tal acção pertence, também por natureza, à Política.

Sobre a Moral que orienta aquela acção e aqueles juízos resolvi não tecer grandes considerações, além de reconhecer a existência de diferentes escalas de valores, ou funções de preferência (ou, se se preferir, de diferentes “quadros morais”). Funções e escalas essas que são, por norma, ideologicamente marcadas.

É claro que, quanto mais diversas forem as escalas dos intervenientes, mais difícil será a eficácia da acção política, quer se trate da sua formulação, quer se trate da sua concretização. Por isso, as sociedades que melhor conseguem articular o seu funcionamento e a sua acção política são aquelas em que é possível criar consensos morais para a acção política. Sejam estes consensos espontaneamente estabelecidos pelo próprio funcionamento da sociedade e vertidos numa moralidade social que orienta, também espontaneamente, a actuação dos vários agentes sociais. Ou sejam o resultado da negociação de compromissos políticos, visando proporcionar estabilidade referencial à acção da sociedade e dos seus representantes políticos.

Preocupado sobretudo com os desenvolvimentos mais recentes, nomeadamente os decorrentes dos excessos financeiros — em especial no endividamento generalizado e na inflação do valor dos activos — que levaram à crise internacional, e dos que conduziram à nossa (grave) crise económica nacional, dediquei um capítulo a tratar os aspectos do financiamento, desde a sua contribuição para a eficiência económica, até aos seus excessos e perversidades.

E, para dar melhor conta destes últimos e das suas consequências práticas, resolvi incluir um último capítulo dedicado à recente crise financeira internacional.

Dada a natureza do trabalho, conforme acabei de expor, não pretendo dele extrair nenhuma conclusão particular. Não que as

reflexões que o constituem sejam necessariamente reflexões “soltas” (umas das outras), pois o trabalho todo procura ter uma certa sequência que lhe garanta unidade, mas porque entendo que o trabalho é já suficientemente sintético e cada capítulo vale por si.

I. Economia e Moral

1. A Economia no Centro da Vida

Alfred Marshall (1842-1924), um dos economistas de referência na viragem do século XIX para o século XX, e durante boa parte deste último século, praticamente iniciou o seu principal livro — *Princípios de Economia*, publicado em 1890 e durante muito tempo uma referência teórica incontornável — referindo que “o carácter do homem tem sido moldado pelo seu trabalho de todos os dias e pelos recursos materiais que desse modo procura, mais do que por qualquer outra influência, com excepção dos seus ideais religiosos”.

Reconhecia assim, talvez da forma mais clara alguma vez antes usada, que a economia está no centro da vida das pessoas. O que facilmente se comprova olhando à nossa volta e verificando que as pessoas dedicam a maior parte da sua vida a angariar e a dispor de recursos destinados à sua subsistência e à melhoria do seu bem-estar.

E o autor precisava ainda mais aquela ideia, acrescentando que “a actividade pela qual uma pessoa ganha o seu sustento preenche geralmente os seus pensamentos durante a larga maior parte das horas em que a sua mente se mantém activa; durante essas horas o seu carácter vai sendo formado pelo modo como aplica as suas faculdades no trabalho, pelos pensamentos e os

sentimentos que este lhe sugere, e pela forma como se relaciona com os seus companheiros de trabalho, os seus patrões ou os seus empregados”. E acrescentava que “muito frequentemente, a influência que o rendimento exerce no carácter de uma pessoa dificilmente é inferior, se é que o chegue a ser, à exercida pela forma como esse rendimento é obtido”.

Daí que considerasse que a Economia¹ é, “por um lado, um estudo da riqueza; e, por outro lado, sendo este o mais importante, uma parte do estudo do homem”. Acabando, nessa linha, por definir Economia como sendo “um estudo dos homens, de como vivem, se movimentam e pensam enquanto tratam da sua vida². Mas um estudo que se preocupa sobretudo com os motivos que afectam, mais poderosa e mais constantemente, a conduta do homem na parte da sua vida relacionada com a actividade económica³”.

Ou seja, recorrendo a linguagem actualizada, poderá dizer-se que Alfred Marshall entendia a Economia como a ciência que trata do comportamento e do carácter do Homem, no seu relacionamento com a riqueza, sua obtenção, posse e utilização. E que a esse entendimento estava associada uma natureza moral. Ou, talvez dito mais correctamente, que esse seu entendimento da Economia se incluía, e a incluía a ela, num abrangente enquadramento moral.

Mais modernamente, Amartya Sen — economista e filósofo vencedor do Prémio Nobel da Economia em 1998 — sustenta a mesma ideia com outras palavras. Assim, para este pensador, “o nascimento da economia deveu-se em grande medida à necessidade de compreender a apreciação de, e as influências causais sobre, as oportunidades de uma vida boa

1 Ao longo do texto, o termo “economia” será iniciado com minúscula sempre que se refira à economia como actividade ou conjunto de actividades e será iniciado com maiúscula quando se referir à ciência económica.

2 A expressão original é “in the ordinary business of life”.

3 A expressão original é “in the business part of his life”.

de que as pessoas usufruem”. Do mesmo modo que reconhece que “na conduta humana, o papel dos valores é vasto e negá-lo equivaleria não só ao afastamento da tradição do pensamento democrático mas também à limitação da nossa racionalidade”.

Um tal entendimento nada terá de estranho, pois que se a Economia trata do comportamento humano, ainda que numa vertente específica, este comportamento é sempre, e por natureza, moralmente orientado. Na verdade, todo o comportamento humano consciente implica escolhas, por mais básicas ou elementares que sejam, e estas escolhas são feitas em função de uma escala de valores, que cada um tem para si e pela qual orienta a sua vida. E é isso mesmo — a escolha de um curso de acção, entre diferentes alternativas e segundo a valoração pessoalmente atribuída a cada uma delas — que constitui a acção moralmente orientada, de que a vida económica faz parte irrecusável.

Mas Marshall não só reconheceu que as escolhas económicas são, em última instância, moralmente orientadas, como reconheceu que a economia — entendida como a procura da subsistência e do bem-estar como se pode ver na primeira citação atrás registada — tem, ela própria, um papel determinante na formação moral do Homem. Isto é, na moldagem do seu carácter. Papel só suplantado pelo dos seus “ideais religiosos”, ou, como diríamos hoje, para abarcar o âmbito mais vasto das diversas influências ideológicas, pelo papel das suas “crenças”. A relação da economia com a moral parece ser assim, para Marshall, uma relação biunívoca e dinâmica: as acções económicas são moralmente orientadas pelo quadro de valores das pessoas que as executam e este vai sendo influenciado, entre outros factores, por aquelas acções e pelas suas consequências.

2. Comportamento Económico, Moralmente Orientado?

Por outro lado, convém lembrar que, até Alfred Marshall e pelo menos na tradição universitária britânica, a Economia constituía um mero ramo das Ciências Morais. Foi, aliás, Marshall que, ao fim de anos de porfiados esforços, conseguiu para a ciência económica, na universidade onde trabalhava — Cambridge —, a alforria académica, traduzida na criação, em 1903, de um Departamento de Economia, autonomizado do Departamento das Ciências Morais. Assim como foi um pioneiro na eliminação do qualificativo político com que a Economia era designada até então — Economia Política — e na adopção de um único substantivo para a identificação desta ciência — Economia —, tal como acontece com todas as outras.

Também aquele a quem é habitualmente imputada a origem da Economia como corpo estruturado de ideias, Adam Smith, foi estudante e professor de Filosofia Moral. E, além daquela que é considerada a obra seminal da Economia — *A Riqueza das Nações*, publicada em 1776 —, a outra grande obra deste autor é precisamente a *Teoria dos Sentimentos Morais*.

Sem o respaldo interpretativo dado pela leitura desta última obra, muitos acabam por extrair de *A Riqueza das Nações* ilações inapropriadas sobre os fundamentos morais da Economia, atribuindo-lhes a autoridade do putativo fundador da ciência económica. É o caso, por exemplo, da muito citada afirmação de que “[n]ão é da benevolência do talhante, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da sua preocupação pelo seu próprio interesse”.

Esta frase, fundamentalmente, expressa o entendimento de que uma economia de mercado funciona através das múltiplas interações de decisões individuais, tomadas cada uma destas em função dos interesses próprios do respectivo decisor. E são precisamente estas interações, ajustando-se espontaneamente entre si, sem qualquer instância formal de coordenação — e como se uma “mão invisível” se encarregasse dessa função —,

que produzem aquilo a que coloquialmente designamos como o funcionamento da economia.

Por isso mesmo, quando o padeiro amassa o pão, ou o talhante corta a carne, com que nos iremos sustentar, nenhum deles está a pensar nas nossas necessidades específicas, individualmente falando, tanto mais que, muito provavelmente, nem saberão quem vão ser os seus clientes nesse dia. Estarão ambos a pensar, também provavelmente, que terão de alimentar e vestir a família, terão de manter os filhos na escola, quererão ir passar férias num sítio agradável, gostariam de trocar de carro, e outras coisas que tais. E, para isso tudo, precisam de vender o que sabem fazer por um preço superior ao que lhes custa produzi-lo.

Também cada um de nós, mesmo quando professa grandes preocupações de justiça social no mundo, quando vai comprar camisas ou sapatos, por exemplo, não está a pensar nas condições de vida dos operários que, algures na China, na Índia, ou sabe-se lá onde, os produziram, mas sim se são apropriados à necessidade que nos leva a essa compra e se são suficientemente baratos, para nos deixar mais rendimento disponível para outras coisas.

No entanto, aquela frase de Adam Smith, frequentemente invocada para justificar a maximização do interesse próprio de cada um como o principal fundamento da economia de mercado, sendo descontextualizada, pode conduzir facilmente, e muitas vezes conduz, à exaltação da ganância e do egoísmo como alicerces saudáveis da vida económica, o que não é necessariamente verdade.

Por isso, se se ler *A Teoria dos Sentimentos Morais*, verificar-se-á que o mesmo Adam Smith também aí escreveu que “[o] homem sábio e virtuoso está sempre disponível para sacrificar o seu próprio interesse privado ao interesse público da sua ordem ou sociedade”. Ou que o que “leva o generoso em todas as ocasiões, e o mesquinho em muitas, a sacrificar os seus próprios interesses aos interesses maiores de outros [...] não é o amor do vizinho, nem o amor da humanidade. É o amor pelo que é hon-